



A brigada lusófona: políticas territorialistas e sentido de pertença

Dina Maria Martins Ferreira ¹
Universidade Estadual do Ceará

Resumo: O presente trabalho discute a identidade lusófona, seja no uso brasileiro seja no português de Portugal. Os textos analisados são discursos literários, açoriano e brasileiro, que subsidiam a discussão sobre a competência comunicativa. A base teórica atravessa a filosofia da linguagem e estudos sociais. Na filosofia da linguagem, Derrida (1999) nos oferece prerrogativas sobre o caminho ininterrupto da linguagem, cujo movimento sempre é acompanhado de resíduos de outras histórias pela sua repetição e ressignificação. Nos estudos sociais, Vattimo (s/d) e Bhabha (1998) explicam a prática identitária pelo reconhecimento e pelo pertencimento a um território nacional, no qual, de um lado, estranhamentos a especificidades linguísticas são excluídos e, de outro, amalgamados na construção transnacional das identidades.

Palavras-chave: identidade, pertencimento, estranhamento.

Abstract: This paper discusses the issue of lusophone identity, be it in its Brazilian or Portuguese usage. The texts are two literary discourses, Azorean and Brazilian, which subsidize the lusophone communicative competence. The theoretical basis crosses the philosophy of language. In the philosophy of language, Derrida offers us prerogatives about the uninterrupted language route, whose movement always brings to the surface residues from other histories by sign reuse and resignification. In social studies, Vattimo and Bhabha clarify the identity issue through the recognition by and belonging to a national territory, in which estrangements to linguistic specificities are excluded as they are amalgamated in the transnational construction of lusophone identity.

Keywords: identity, belonging, estrangement.

1. Considerações

O presente trabalho iniciou-se em sala de aula, no Curso de Letras, na Disciplina História da Língua Portuguesa. Após um levantamento de dados históricos, começou-se a

¹ dinaferreira@terra.com.br



perguntar sobre? a questão política que se estabelecia na seleção de dados em nossa leitura sobre a história da língua portuguesa. Em muitos casos diacrônicos do estudo da língua havia, por parte dos alunos, o reconhecimento de uma língua atual, que se processava na calçada da vida em pleno século XXI e que, muitas vezes, eram dados que remetiam a séculos anteriores em territórios não brasileiros. Optamos, então, por ‘reconhecer’ ou ‘estranhar’ alguns usos lusófonos da contemporaneidade que dessem conta de um reconhecimento do português brasileiro e de estranhamento do português de outro território. Pela leitura da escrita estávamos na unidade e na difusão de uma língua que constituía nossa identidade, mas como estudiosas da língua percebíamos as especificidades e diferenças que apareciam diante de nossos olhos de brasileiras lusófonas.

Vimo-nos diante da questão da identidade nacional e territorial, em que a língua se manifesta. Escolhemos, então, subjetivamente, dois textos que se encontravam a nosso dispor: um da literatura açoriana, *Cães Letrados*, de Cristóvão de Aguiar (2008) e outro da literatura brasileira, *Cego e amigo Gedeão à beira da estrada*, de Moacyr Scliar (1994). Apesar de nosso corpus ilustrativo ser compósito de discursos literários, a nossa proposta não é da ordem de uma análise literária, mas sim de uso de língua. Além da escolha subjetiva da disponibilidade dos textos, havia a prerrogativa de uma corrente de estudos de língua que ‘lê’ o discurso literário como uma forma de representar a cultura de um povo. Mesmo que tal prerrogativa possa gerar controvérsias, aceitamos momentaneamente o papel da literatura como representação de cultura nacional.

E para o estudo das especificidades de cada território lusófono, optou-se recolher exemplos de estranhamentos e de reconhecimentos, ora pela seleção lexical, ora pela relação sintática e ora pelo arcabouço semântico. Utilizamos como fonte de abordagem o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*² (serial), dicionário do português europeu (Portugal), que não inclui variantes gráficas da norma brasileira e o *Dicionário Houaiss da*

¹ O *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* (DPLP) é um dicionário de português europeu (de Portugal), cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral, bem como os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas da língua portuguesa contemporânea. O DPLP tem por base o *Novo Dicionário Lello da Língua Portuguesa* (Lisboa, Lello Editores, 1996 e 1999), licenciado pela Priberam em 2008, no que diz respeito à informação lexicográfica para o português.



*Língua Portuguesa*³ (2009). O primeiro comporia a nossa base de pesquisa para os eventuais estranhamentos de uso, e o segundo, mesmo com a participação de equipes de outros territórios lusófonos, tem como base o Brasil, contexto suficiente para nos fundamentar no enquadre lusófono brasileiro. E é pelas polaridades de territórios que se buscam as parti

2. Cultura nacional

Para entender o que chamamos de cultural nacional vamos utilizar Stuart Hall (2000), a que o autor denomina de “comunidade imaginada”. No primeiro momento, acreditamos que cultural nacional se estabelece por histórias (propositadamente com letra minúscula) para a constituição da História de uma nação. Agora História com letra maiúscula, já que as várias histórias passam a ter o valor de verdade única, cujo entrelaçamento dos tempos presente, passado e futuro vão fixando uma História que reflete uma “comunidade imaginada”. Para fundamentar o caminho de uma História formadora de identidade nacional de uma comunidade imaginada, alguns pontos são reveladores:

- a) trata-se de narrativa “tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular” (HALL, 2000, p. 52);
- b) são narrativas que dão “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” (*ibidem*, p. 53);
- c) inventa-se uma tradição, que, segundo Hobsbawn e Ranger (*apud* HALL 2000, p. 54), seria um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado”;

² *Dicionário Houaiss* foi elaborado pelo brasileiro Antônio Houaiss, cuja primeira edição foi lançada em 2001, Rio de Janeiro, Brasil, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. O projeto de confecção do dicionário começou em 1985, com uma equipe de edição com mais de 150 especialistas brasileiros, portugueses, angolanos e timorenses.



d) cria-se um mito fundacional, ou seja, uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado distante;

e) simboliza-se a identidade nacional baseada na ideia de um povo puro.

Esses elementos discutidos por Hall sinalizam que o conceito de cultura nacional não pode ser visto como um conjunto unitário. Logo, o que estamos chamando de cultura açoriana e brasileira é um corte epistemológico, nem puro, nem de valores atemporais. Como os próprios discursos literários indicam, os autores são situados em tempos e espaços diferentes, com percursos coletivos e individuais próprios. Cultura é uma construção discursiva, permeada de contingência e história. Logo, o que se chama de “comunidade imaginada” é um ‘lugar’ de histórias contadas e recontadas, influenciada pelos contadores e pelas próprias histórias que a constitui; histórias baseadas em mitos de origem, deixando de lado os movimentos e deslocamentos que ocorrem ao longo do que se chama História, com letra maiúscula. Bhabha (1998, pp. 238-239) nos lembra que as contingências históricas seriam os fundamentos da necessidade de elaborar estratégias legitimadoras de “minorias dentro das divisões geopolíticas”, minorias aqui entendidas como comunidades em busca de seu perfil identitário.

O que realmente podemos entender como cultura revelada por discursos é a rearticulação de signos que inscrevem identidades culturais. Segundo Bhabha (1998, p. 240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada de estética para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (*ibidem*). Para Bhabha, cultura é fenômeno transnacional, já que os discursos contemporâneos estão enraizados em histórias específicas de deslocamento cultural. Talvez aqui se explique a lusofonia como uma unidade transnacional que apresenta particularidades territoriais em seu uso:

Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação



como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (BHABHA 1998, p. 241).

3. Territorialidade e historialidade

Sobre o conceito de território, muitos aspectos podem ser levantados. Haesbaert (2006) nos oferece vários caminhos que atendem a várias áreas do saber, para além da Geografia, tais como Antropologia, Sociologia, Economia. E já que estamos no universo de uma “comunidade imaginada”, nada mais coerente do que tratar território pela vertente cultural ou “simbólico-cultural: [que] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT 2006, p. 40). Ou seja, a dimensão simbólica habita um espaço social organizando-se pela historicidade e geograficidade, quesitos de territorialidade.

Historicidade estaria para a ideia de motivo, na medida em que “nasce da auto-apreensão do homem em relação ao vivente e à vida (DERRIDA, 2002, pp. 49-50), ou melhor, como o habitante de determinado território se motiva na história da qual participa e nas relações que estabelece em sua comunidade. Historialidade seria o efeito identitário da narrativa histórica porque provoca e acolhe a posição de pertença; pertença a um grupo, a uma nação, a um povo. A história seria então “um processo objetivo no qual estamos inseridos (...) um modo de estarmos conscientes dessa pertença (VATTIMO, s/d, p.11). Historialidade e historicidade se movimentam em direções diferentes, ao mesmo tempo que se constituem simbioticamente. A historicidade, o motivo de estar em determinada história, explode para que outra narrativa histórica se inicie; já o movimento da pertença é efeito da história que faz com que os sujeitos implodam, imergindo na história. Enquanto o motivo trabalha com o instante do momento histórico, a pertença é um movimento mais denso, pois trabalha com símbolos socioculturais. Pertença aciona a tradição, reconstruída ou não, pois se alimenta de



símbolos que se performatizam pela memória. Sem motivo não há história e só há pertença se houver história. Ambos trabalham na reivindicação da identidade. Esses tantos movimentos de histórias e dentro da história perfilam a complexidade identitária, já que mudanças do tempo passado, presente e futuro, mais deslocamentos de dados, revelam os “distúrbio(s) de direção” identitários (BHABHA, 1998, p.19).

4. Lusofonia e construtos identitários

Chegamos ao momento do estudo de ilustrar marcas linguísticas que possam referendar os conceitos de territorialidade, geograficidade e historialidade medidos a partir da lente de lusófonos brasileiros diante de discursos também lusófonos, um do território Açores e outro do território Brasil.

Como já foi vislumbrado anteriormente, o critério de levantamento dos exemplos se baseiam nas categorias de estranhamento e de reconhecimento. A ideia de estranhamento que se adota parte da competência comunicativa do brasileiro em relação a determinados usos lusófonos não usados em seu território; estranhamentos que discutem a questão do aceitável e não-aceitável do processo comunicativo, de usos a que não se está acostumado no dia a dia. E o critério de reconhecimento está nas marcas que determinam o sentido de pertença a um lugar. É pela égide de pertencimento que estranhamento e reconhecimento são organizados. E é pelo sentido de pertença que poder-se-ia vislumbrar a historicidade e a historialidade de usos linguísticos, que, por sua vez, podem revelar a construção cultural de uma comunidade. Sendo assim, o estranhamento atinge à lusofonia açoriana e o reconhecimento, o discurso brasileiro.

Reafirma-se uma posição teórica da relação entre língua(gem) e sujeito (AUSTIN, 1976), ou seja, a língua(gem) não é uma linha paralela ao sujeito, ou seja, um instrumento de comunicação do sujeito, é a própria constituição do sujeito comunicante. E sob essa perspectiva, estudar a língua é construir sujeitos, habitantes de um tempo e de um espaço, habitantes de suas histórias e seus territórios.



4. 1 Reconhecimento

O discurso de Moacyr Scliar nos propicia a sustentação da ideia de brasilidade no senso comum, relacionada ao atributo de intensidade –; intensidade que se alia a informalidade, que por sua vez se apropria dessa intensidade.

O uso de diminutivos é geralmente utilizado para indicar uma certa proximidade, intimidade ou afeto aos elementos nominalizados que sofrem tal determinação: “caminhão *Mercedinho*”; “Gosto mais da noite: é *fresquinha*, nesta época”. Em ambos os exemplos, reconhece-se a brasilidade: primeiro, por meio da intimidade e importância que brasileiros dão a carros; e, segundo, pelo diminutivo que é empregado no sentido de conforto/prazer em relação ao clima.

Geralmente, no português do Brasil, o diminutivo é usado profusamente com o sufixo -inho/a. Além do jogo afetivo, o diminutivo pode ser empregado em sentido pejorativo, indicando desprezo, desqualificação ou rebaixamento, como por exemplo “mulherzinha” que quer dizer mulher desqualificada. Mas mesmo assim, sempre a emoção está presente, sufixo, uma forma presa, que alia ao radical o caráter emocional a que o falante se pretende. Nesse jogo do uso do grau, o afetivo também se instala no aumentativo, já que enaltece e aumenta o valor do que é nomeado. Por exemplo, “um *amigão*” quer dizer um amigo muito próximo ou muito confiável; o que se aumenta é a proximidade a essa pessoa e não o tamanho físico da pessoa indicada como amigo. O aumentativo na língua portuguesa brasileira é muito usado pela derivação com sufixo -ão/ona, tal como “meninona” como forma de engrandecer a menina a qual se refere, uma menina especial.

Como estamos tratando de usos, e usos linguísticos se manifestam em territórios com suas histórias, contadas e recontadas pelo conto popular, pela mídia etc., não se pode esquecer que muitas combinações lexicais resultam de condicionamentos às histórias que nos rodeiam e que constroem símbolos culturais. O uso do sufixo -aço, no trecho – “Um fazendeiro muito rico. Mataram com quinze *balaços*” –, “balaços” não indica necessariamente apenas o poder material da bala que mata, nem só a bala na mira certa de um super atirador. Construções nominalizadoras também são resultado das histórias em que o léxico se



instala. Este “balaço” ocorreu em território brasileiro, onde a violência, mesmo que intensificada pelas notícias midiáticas, é conhecida como parte do identitário brasileiro (pelo menos pelo senso comum tanto dos autóctones quanto dos estrangeiros). O uso do léxico “balaço” não justifica histórias contadas que vão construir a realidade da violência brasileira? Não seria fruto de narrativas que inventam uma tradição de violência? Não seria essa invenção da tradição um “conjunto de práticas, de natureza real ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos de repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado” (HOBBSAWN e RANGER *apud* HALL 2000, p. 54)? A historialidade e a historicidade ecoam no sentimento de pertença a uma terra violenta.

Junto a sufixos diminutivos e aumentativos, outros recursos de uso afetivo ocorrem, tal como, “*Grande caminhão*”, não só um objeto do qual se é próximo, como também se faz próximo por ser de qualidade. Na calçada da rua, ou seja, no uso corriqueiro, não há como negar, por exemplo, que até o diminutivo se torna base estilística de aumentativo para alcançar mais intensidade. Exemplo: Nossa! Olha a roupa dela! Deve ter dinheiro! Está *pobrinha* de chique. Não há como negar a intensidade no construto identitário do território brasileiro

A adjetivação também reforça esse perfilamento da intensidade brasileira, demonstrando a relação de proximidade dos brasileiros a carros: “Simca Tufão”, “Gordini Teimoso”, “Chevrolet Pavão”, “Volkswagen 1962”, “caminhão Mercedinho”, “Ford 1956”, “Oldsmobile 1927”, “Volkswagen 1964”, “DKW”, “Galaxie”, “Aero Willys”, “Candango”, “Toyota”. Segundo pesquisas, nomenclaturas dadas aos carros, tais como Tufão, Teimoso, Pavão, Candango etc., são apelidos populares que eram utilizados tanto pelos usuários/consumidores de carros quanto pelas próprias fábricas da época; enfim, um jogo relacional que reforça a ideia de intimidade de brasileiros com carros, até lhes atribuindo propriedades de seres animados.

Outro exemplo da ideia intensidade brasileira está no uso do “bocado”: – “É um *bocado de tempo*, não é, amigo Gedeão? Deu para aprender muita coisa. A respeito de carros, digo. Este que passou não foi um Gordini Teimoso?”. Pelo DPLP, “bocado” (boc- + -ado) é usado nos seguintes sentidos: porção de comida que se pode meter numa vez na boca; alguma



comida; parte do freio que entra na boca; pouco tempo (só o tempo de comer um bocado); pedaço; *bocado sem osso*: pechincha; coisa excelente; *bom bocado*: bom prato; espécie de bolo feito com doce de ovos. Já no *Houaiss*, há acepções compartilhadas e outras específicas: porção de alimento que cabe na boca; bocada, biró (Ex.: o cachorro saiu correndo com um b. de carne na boca); naco que se corta de uma vez com os dentes; pedaço, dentada, mordida (Ex.: engasgou com um b. de queijo); aquilo que serve de alimentação; sustento (Ex.: consegue o seu b. com trabalho); comida saborosa; acepipe, iguaria (Ex.: o efó e o caruru são os melhores b. para os baianos; fração de uma coisa, pedaço, porção (Ex.: um b. de cera); pequena quantidade de algo (Ex.: não lhe dê muito doce, só um b.; 4. curto período de tempo (Ex.: fique um b. aqui, descansando); muito, bastante, um tanto (Ex: Hoje andamos um bocado de tempo; Perderam um bocado de dinheiro). O que se percebe é um compartilhar do sentido de porção, pedaço. No entanto, a especificidade brasileira se apropria do sentido ‘parte’, para lhe auferir outros semas indicadores de ‘aumento’, ‘maior’, ‘densidade’. Não estaria aí um atributo de cultura da intensidade que aqui nomeamos de brasilidade? Ou seja, a capacidade de teatralizar e intensificar sentidos? Pelo senso comum ou pelo folclore turístico, dizem que estar em uma excursão brasileira é ouvir gritos, cantos, entusiasmo. Dizem até – Essa excursão só pode ser de brasileiro. Renovamos o questionamento: essa capacidade de intensificar sentidos não refletiria um atributo dos habitantes do território brasileiro?

O atributo de intensidade no uso da língua, associado à identidade lusófona brasileira, também ocorre em outros léxicos: “Um cego? O que pode ter visto um cego?” Estas *bobagens*, sabe como é, amigo Gedeão; Mas como eu ia dizendo: há uns anos atrás mataram um homem a uns dois quilômetros daqui. “Bobagens” mostra o intensificador para minorar a importância da situação; a minoridade poderia resvalar pelo descaso de uma não intensidade, no entanto o descaso pode provocar muito mais intensidade pelas relações de ironia que vão se construindo no discurso de Scliar. De qualquer forma, a intensidade está aí, inquestionável no ato lusófono brasileiro.



4. 2 Estranhamento

No universo do estranhamento, o lusófano brasileiro reluta diante do uso de alguns léxicos no texto de Cristóvão de Aguiar. Quando se fala em estranhamento não é o sentir da ‘estrangeiridade’, pois continuamos na língua portuguesa que nos dá a identidade de lusófono. O estranhamento é o de não pertencimento a um território com suas simbologias e histórias.

O verbo “tressuar” nos obriga ir ao *Dicionário Houaiss* para reconhecer o seu sentido mais exato, o que revela estranhamento. Mesmo que possa ter sido uma escolha lexical com enfoque na estética literária, o leitor brasileiro busca a sua relação com o verbo “suar”. Houaiss nos avisa ser um léxico do século XVII (1614), três + suar. O lusófono brasileiro acessa o sentido de “suar copiosamente” e “verter (líquido) como se fosse suor, transudar, expelir” (Ex: tressuava sangue). Já *DPLP* apenas indica “suar muito”. No uso cotidiano, o lusófono brasileiro não faria a ligação de “três-” com o sentido intensificador de “muito” ou “copiosamente”.

No fragmento, “está a beirar seus meses de vaidade, cachorra de raça pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”, dois estranhamentos se processam: a expressão “a beirar” e “estrelouçada”. Embora o *Dicionário Houaiss*, em uma de suas definições, especifique o sentido de “beirar” como “contar aproximadamente” e “aproximar-se”, não é usual a utilização de tal vocábulo para expressão de tempo. Seu uso está para contexto de posição: “deslocar-se à beira de; ir pela margem de; costear, ladear, margear (Ex.: corre a jangada, beirando os recifes); fazer limite (com), confinar (com) (Ex.: a lagoa beira (com) o nosso quintal); contar aproximadamente; abeirar-se de (Ex.: ela já está beirando (pel)os 30 anos); estar a ponto de atingir; aproximar-se de (Ex.: isso beira o desrespeito).

No vocábulo “estrelouçada”, o primeiro estranhamento seria com o uso do ditongo “oi”. Como estudantes da linguagem, trocamos o ditongo “oi” pelo “ou”. Mas um falante nativo, não estudioso da linguagem, faria tal troca para chegar ao sentido? Continuamos a busca para esclarecer nosso estranhamento. O *DPLP* nos apresenta “estrelouçada” significando “barulho de louça de quebrando”. Mais estranhamento, pois estamos no radical “louça” e não “louco” que nos levaria à segurança do sentido de “tresloucada”, ou seja, àquela “cachorra de raça pura, brincalhona, estreloçada, toleirona”. Mesmo que “estrelouçada” ou



“estrelouçada”, o lusófono brasileiro ficaria com “tresloucada” para chegar ao sentido de “cachorra barulhenta”.

Na questão do uso da sufixação, alguns léxicos nos chamaram atenção – *casota* e *canzoada* –: “Numa hora para outra, encher a *casota* de descendência” e “Louvada seja tanta fertilidade, só mesmo com o curso de três progenitores, todos pais legítimos (assim poderá acontecer com a *canzoada*)”. *Houaiss* não nega o léxico “*casota*”, mas é indicado como de uso incomum, já que o uso brasileiro é “*casinha*”. Em “*canzoada*”, *Houaiss* nos indica os sentidos: agrupamento ou matilha de cães; barulho de cães, canzoeira; súcia de gente ordinária, vil. E, de outro lado, *DPLP* esclarece: multidão de cães; gente vil; quantidade de dívidas. O contexto nos leva ao termo brasileiro “matilha” ou ao sentido “barulho de cães”. O estranhamento se processa.

5. Considerações finais

No percurso do reconhecimento, o lusófono brasileiro comum atinge a cultura brasileira pela intensidade e simbologias próprias. E no estranhamento, procura reconhecer seu território, como não o acha, sua identidade fica diluída, não desfeita: diluída pelo estranhamento e construída pelo saber do sistema lusófono. O que salientamos é que o critério de reconhecimento e de estranhamento, na questão de identidade e cultura nacional, é balizado pela pertença a um território, mas sem dúvida há o reconhecimento da lusofonia, ou seja, sua transnacionalidade. A questão da rearticulação sónica é mais complexa, não se restringindo apenas à adaptação fonética e ao recurso de marketing. Segundo Bhabha (1998, p. 240), cultura “é a marca do espaço conflituoso mas produtivo, no qual a arbitrariedade do signo de significação cultural emerge no interior das fronteiras reguladoras do discurso social”. Desse modo, a ideia de cultura iria para além de uma noção canonizada para uma visão da cultura como “produção irregular e incompleta de sentido e valor, frequentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social” (*ibidem*).



Torna-se crucial distinguir entre a semelhança e a similitude dos símbolos através de experiências culturais diversas – a literatura, a arte, o ritual musical, a vida, a morte – e da especificidade social de cada uma dessas produções de sentido em sua circulação como signos dentro de locais contextuais e sistemas de valor específicos. (...) O discurso natural(izado), unificador, da “nação”, dos “povos” ou da tradução “popular” autêntica, esses mitos incrustados da particularidade da cultura, não pode ter referências imediatas. A grande, embora desestabilizadora, vantagem dessa posição é que ela nos torna progressivamente conscientes da construção da cultura e da invenção da tradição (BHABHA, 1998, p. 241).

Se entendermos reconhecimento pela *phoné*, a lusofonia habitaria o universo transnacional, o que não significa atingir apenas ao nacional do Brasil e dos Açores. Derrida (1999) talvez nos explique o fenômeno transacional da lusofonia pela propriedade bustrofédica da linguagem. Ou seja, a linguagem é como o arado do boi sulcando a terra linguagem. Seu movimento é de vai-vem sem interrupção, da esquerda para direita, da direita para a esquerda. E a cada passagem do arado, novas terras são coladas, mas as antigas não são eliminadas; volta e meia os usos trazem à tona formas reutilizadas. É a ecologia da linguagem:

Trata-se da *escritura por sulcos*. O sulco é a linha, tal como a traça o lavrador: a rota – *via rupta* – cortada pela relha do arado. O sulco da agricultura, também o recordamos, abre a natureza à cultura. E sabe-se também que a escritura nasce com a agricultura, que não se dá sem a sedentarização (...). Ora, como procede o lavrador? Economicamente. Chegando ao fim do sulco, ele não volta ao ponto de partida. Dá meia volta ao arado e ao boi. Depois, parte novamente, em sentido inverso. Poupança de tempo. De espaço e de energia. Melhoria do rendimento e diminuição do tempo de trabalho. A escritura *de volta de boi* – *bustrofédon* - (DERRIDA, 1999, pp. 351-352).

A linguagem, então, pode ser configurada como um movimento que sulca seu terreno (re) semeando seus produtos de significação e que vai deixando resíduos, pois seu caminhar é econômico e seu movimento ininterrupto. Sulcos pressupõem marcas e traços e ecologia tem por quesito fundamental o reaproveitamento.

E na ecologia da linguagem que a unidade lusófona se processa, cujos reconhecimentos e estranhamentos são da ordem da territorialização. Diferenças territoriais que nos dão especificidades identitárias, identificações necessárias para o construto identitário



de uma cultura nacional. No entanto o sentido de pertencimento a falantes lusófonos continua. É a riqueza ecológica da língua portuguesa que nos habita.

Referências

AGUIAR, Cristóvão de. (2008) *Cães Letrados*. Portugal: Calendário.

BHABHA, Homi. (1998) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DERRIDA, J. (2002) *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora UNESP.

_____. (1999) *Gramatologia*. 2ª. ed. São Paulo, Editora Perspectiva.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (DPLP). (2008). Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>

HAESBAERT, R. (2006) *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. São Paulo: Bertrand Brasil.

HALL, Stuart. (2000) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HOUAISS, A. (2009) *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva.

SCLIAR, Moacyr. (1984) “Cego e amigo Gedeão à beira da estrada” In: *Para gostar de ler - Contos*. Volume. 9, São Paulo: Ática, p.26-30.

VATTIMO G. (s/d) *O fim da modernidade – niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. Rio de Janeiro: Presença.